

IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOBRE O EMPREGO E A PERMANÊNCIA NO CAMPO DE AGRICULTORES FAMILIARES EM SANTA CATARINA¹

Lilian de Pellegrini Elias²
Pedro Gilberto Cavalcante Filho³
Marcelo Pereira da Cunha⁴
Walter Belik⁵

1 INTRODUÇÃO

O processo da transformação do trabalho no meio rural em muito se deve aos desafios imputados à agricultura familiar em fazer frente às cadeias produtivas agroalimentares cada vez mais globalizadas. As tendências recentes no mercado agroalimentar na América Latina se devem ao novo ambiente que se consolidou entre as décadas de 1980, 1990 e 2000 com a liberalização e abertura econômica, diminuição dos serviços públicos no que se refere à agricultura e mudanças na legislação, no mercado e na sociedade civil com o avanço das grandes corporações (Berdegué e Fuentealba, 2011).

As “oportunidades de trabalho e renda oferecidas pelas próprias atividades de produção, distribuição e consumo de alimentos nas formas da agricultura de base familiar, agroindústrias de menor porte, pequeno varejo e serviços de alimentação”, que em quase todos os países da América Latina representam a ocupação de parte relevante da população economicamente ativa, vem sofrendo crescente pressão dos “grandes negócios” (Maluf e Prado, 2015, p. 14). Esses “grandes negócios” também geram emprego, porém, possuem “estratégias que estimulam a expansão da grande produção agrícola monocultora, as cadeias lideradas por grandes agroindústrias e o varejo de grande porte, como se observa no Brasil”, gerando enormes desigualdades no meio rural (*idem, ibidem*).

O estreitamento das possibilidades de geração de renda tem pressionado agricultores familiares, além de impactar sobre a pobreza rural, impulsiona também – quando há essa possibilidade – a migração para as cidades. Assim, o desafio do desenvolvimento rural enquanto política pública tem sido cada vez mais o de dar ao agricultor familiar condições de permanecer

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt75/pf2>

2. Professora temporária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora colaboradora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). *E-mail*: <lpelias@unicamp.br>.

3. Doutorando do IE/Unicamp. *E-mail*: <pedro.gilberto@hotmail.com>.

4. Professor do IE/Unicamp. *E-mail*: <mpcunha@unicamp.br>.

5. Professor titular aposentado do IE/Unicamp. *E-mail*: <belik@unicamp.br>.

no campo, visto que, de um lado, a pobreza rural continua a ser uma realidade, e, de outro, o deslocamento para as cidades pode apresentar consequências desastrosas.

Nesse âmbito, políticas públicas foram estruturadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Uma das políticas que merece destaque é a obrigatoriedade municipal de utilizar ao menos 30% dos repasses do recurso federal proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para compras diretas de agricultores familiares. Criada a partir da Lei nº 1.047/2009 essa diretriz estimula ou mesmo reforça vínculos entre a administração municipal e os produtores locais. Por sua vez, as compras locais permitem uma alimentação de melhor qualidade para os estudantes da rede pública de ensino, menores impactos ambientais e fortalecimento da agricultura familiar.

Nessa linha, o presente artigo tem o intuito de investigar a contribuição das compras públicas de alimentos pelo PNAE na geração de trabalho e renda para a agricultura familiar. O estudo se apoia em análise quantitativa a partir da matriz insumo-produto (MIP) brasileira de 2015 e de um levantamento qualitativo no estado de Santa Catarina no mesmo ano (com 98 entrevistas em 31 municípios do estado). A agricultura catarinense foi selecionada como objeto para dar suporte qualitativo à análise em função da ampla presença de agricultores familiares, heterogeneidade na distribuição de renda entre eles e uma migração para o urbano, fatores que reforçam o potencial de aproveitamento da política pública em questão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Desenvolvimento rural e políticas públicas para a agricultura familiar

O desenvolvimento rural no Brasil, quando contempla a agricultura familiar como prioritária, assume que essa categoria sócio-ocupacional dispõe de condições para promover geração de renda, melhores condições de vida aos moradores de áreas rurais e preservação ambiental. No mundo, de acordo com o Banco Mundial, em regiões menos desenvolvidas, três em cada quatro pessoas que trabalham e moram na zona rural são pobres e dependem direta ou indiretamente da agricultura para a sua subsistência (World Bank, 2008). A solução dessas questões está cada vez mais sendo direcionada para o fortalecimento da agricultura familiar, vista como protagonista, como meio de produção e geração de renda fundamental no combate à pobreza e no fomento à segurança alimentar. Schejtman e Berdegú (2004) evidenciam que a permanência da pobreza rural e da vulnerabilidade no campo assola os agricultores familiares e significa o fracasso do desenvolvimento; sendo o apoio a esses agricultores um ponto central na atuação do Estado.

No Brasil, a criação de políticas públicas para a agricultura familiar resulta de um longo processo, o qual incluiu o embate frente ao modelo de modernização brasileiro desde a década de 1960, que priorizava a produção em escala. A agricultura familiar, categoria social que não era considerada anteriormente, passou a ser levada em conta a partir da década de 1990, com políticas voltadas para sustentabilidade, meio ambiente e inserção nos mercados como setor

estratégico, não mais um ator marginal (Grisa e Schneider, 2015; Sambuichi *et al.*, 2014; Silva, 2015).

Na década de 2000, o Estado brasileiro assume a posição de criação de novos espaços e de ruptura nos mercados a partir da demanda institucional por alimentos. Os contratos públicos de aquisição de alimentos se mostram como poderosos instrumentos que os governos têm à disposição, para além da estabilização de preços para garantir a renda dos grandes produtores (Belik e Fornazier, 2016; Perin *et al.*, 2021; Sonnino, Torres e Schneider, 2014).

No Brasil, as políticas públicas cujo escopo inclui aquisição de produtos agropecuários oriundos das unidades familiares de produção⁶ são destinadas a propriedades agrícolas que se enquadram no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).⁷ O primeiro programa com esse objetivo teve início em 2003, com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),⁸ e, em seguida, no ano de 2009, surgiu a Lei nº 11.947, que torna obrigatória a destinação de parte do recurso federal do PNAE a compras diretas da agricultura familiar. Em 2015, todos os órgãos públicos federais passaram a ter de destinar 30% do recurso para compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015.

O incentivo às compras de alimentos produzidos pela agricultura familiar, como forma de garantir mercado a esses produtos, foi concebido para estimular e fortalecer agricultores com pequena produção e que se localizam à margem dos mercados alimentares. Considera-se que esses agricultores possuem potencial de transformação da realidade rural e da segurança alimentar e nutricional. O pano de fundo do funcionamento desse tipo de política é comprovar que, caso a agricultura familiar consiga se organizar para atender um grande mercado seria, então, capaz de suprir parte da necessidade alimentar da população e, paralelamente, contribuir para o desenvolvimento local.

A criação de mercado protegido é um suporte, pois, mesmo que não solucione o problema, permite que os agricultores familiares façam frente às cadeias produtivas agroalimentares cada vez mais globalizadas. Esses agricultores frequentemente se encontram à margem dos mercados formais e não conseguem transpor a barreira da capacitação para lidar com os custos burocráticos e logísticos que a formalização exige. Logo, incluí-los significa criar condições para geração de ocupação produtiva no meio rural e incentivar sua permanência no campo.

Um desses programas é o PNAE, em destaque neste estudo. O PNAE tem como marco inicial a Campanha de Merenda Escolar, programa público, financiado pelo Ministério da Educação em 1955, cujo alcance se limitou a algumas escolas do Rio de Janeiro. A iniciativa amplia-se com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que estabelece a obrigatoriedade

6. Sem abrir mão de rígido controle sanitário e da qualidade dos produtos e sem superar preços praticados nos mercados locais e regionais, a forma de aquisição de alimentos deixa de ser por licitação para ser feita por meio de chamadas públicas, cujo objetivo é viabilizar a ampliação das compras diretas de agricultura familiar aquisição (Silva, 2022; Valadares *et al.*, 2022).

7. A definição legal da categoria agricultura familiar ocorreu apenas em 2006, a partir da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Silva, 2015).

8. Instituído pela Lei nº 10.696/2003, e viabilizado a partir de recurso do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pela Lei Complementar nº 111/2001.

para o fornecimento de alimentação escolar para o ensino fundamental em nível nacional. Nos anos 1990, aprofundou-se a descentralização das compras a partir dos recursos repassados pelo Ministério da Educação aos estados e municípios (Silva, 2019). Nos anos 2000, o PNAE passou a cobrir 20% das necessidades nutricionais dos estudantes e a exigir a supervisão de um profissional de nutrição na preparação dos cardápios, estabelecendo limites para a ingestão de sódio e para a inserção de alimentos industrializados.

A trajetória do PNAE culminou na aprovação da Lei nº 11.947/2009, que conectou a administração do programa aos produtores locais por meio da obrigatoriedade de destinação mínima de 30% dos recursos repassados pelo FNDE para compras diretas de produtos de agricultores. Com isso, os objetivos do PNAE passaram a contemplar a melhoria na qualidade e a diversidade alimentar, com impacto na sustentabilidade, na proteção ambiental e no desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

2.2 Trabalho no campo

Partindo do entendimento da relevância da agricultura familiar e do uso de políticas públicas para seu fortalecimento, este estudo trata de um aspecto de destaque na problemática do desenvolvimento rural: as condições de permanência no campo dos agricultores mais vulneráveis. Em outras palavras, o desafio é gerar condições de trabalho e geração de renda para essas famílias.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a modernização agrícola aconteceu de forma acelerada no Brasil, com destaque para dois processos que ocorreram paralelamente. O primeiro contempla as profundas mudanças geradas no sistema de produção da agropecuária, com consequente concentração fundiária (Berdegue e Fuentealba, 2011). O segundo é a emergência de um mercado de trabalho urbano, que absorveu os egressos da modernização da agricultura em diversas partes do país.

O êxodo rural, que até a década de 1980 aparecia como uma resposta à atração gerada pelo urbano, apresenta-se no século XXI com indícios de ser resultado das pressões que provocam a expulsão dos agricultores do campo.

2.3 Santa Catarina: agricultura familiar, PNAE e trabalho no meio rural

O estado de Santa Catarina foi escolhido para apoiar essa discussão a partir de dados qualitativos em função de três características, descritas a seguir.

- 1) Por ser majoritariamente familiar, uma vez que esse setor é responsável por 38,1% da área rural ocupada, 78,1% dos estabelecimentos e 50,7% da renda total em Santa Catarina.
- 2) Por dispor de ampla heterogeneidade no meio rural, ao possuir, ao mesmo tempo, a maior renda média por estabelecimento do Brasil e 16% desses agricultores renda inferior a R\$ 5 mil e 42% a R\$ 25 mil anuais (IBGE, 2019).
- 3) Pela forma como a transferência de população rural para o meio urbano tem se desenvolvido, na qual se observa que a migração não tem, necessariamente, apresentado

melhora nas suas condições de vida em uma perspectiva multidimensional.

No período atual, a dinâmica do êxodo rural dá sinais de ser muito diversa, pois não há mais o poder de atração das cidades a partir da geração de empregos. No âmbito da transferência de população rural para o meio urbano, Alves e Mattei (2006, p. 14) destacam que “as transformações na relação entre a agricultura familiar e as agroindústrias, engendrando contínua concentração do número de suinocultores e avicultores, é um dos principais determinantes do atual dinamismo demográfico no oeste catarinense”, constituindo-se, portanto, “como um dos principais efeitos de expulsão nesta região” (*idem, ibidem*). Tal efeito de expulsão é observado nos estudos sobre habitação no município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, onde observa-se que essa migração não tem apresentado melhora nas suas condições de vida em uma perspectiva multidimensional. Pesquisa feita em um dos morros mais conhecidos e populosos da cidade, o morro do Mocotó, observa que o “processo migratório das áreas agrícolas para os centros maiores” vem “tornando as cidades catarinenses um verdadeiro caos urbano” (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2003, p. 11). No município “há mais de cinquenta bolsões de pobreza, (...) sendo que estes habitantes têm sua origem, basicamente, do oeste catarinense e do planalto serrano”. A cidade não comporta a migração e as expectativas daqueles que migram, quando existem, são frustradas.

Com base nesse entendimento, a expulsão é vista como consequência de um processo em que a ida para as cidades não é uma alternativa, mas, sim, o único caminho diante da ausência de oportunidades no campo. Com isso, a saída do campo tem representado frequentemente a transformação de uma população rural, empobrecida e desempregada, em uma população urbana, periférica e desempregada.

3 METODOLOGIA

Os métodos utilizados neste artigo seguiram a sequência de um levantamento qualitativo, pesquisa de campo e análise quantitativa a partir da MIP regional, conforme se apresenta em detalhe a seguir.

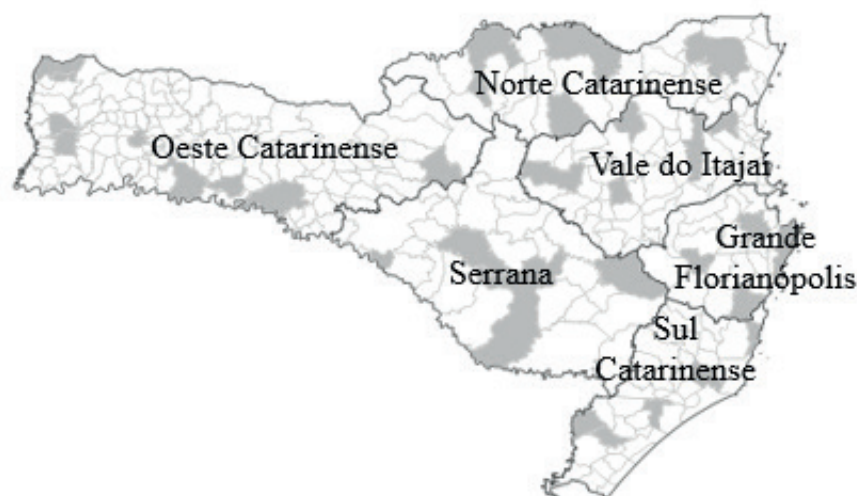
3.1 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo contou com a aplicação de três diferentes entrevistas semiestruturadas aplicadas, com um total de 98 participantes. Os roteiros foram construídos a partir da abordagem da percepção dos atores frente ao PNAE, desenvolvida por Fornazier (2014). Os municípios foram selecionados buscando representatividade em cada mesorregião do estado, de tal forma que um terço deles fosse considerado desenvolvido, um terço com médio desenvolvimento e um terço com baixo desenvolvimento. O nível de desenvolvimento foi determinado por: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); taxa de atividade; renda *per capita*; população pobre; e índice de Gini (PNUD, 2015).⁹

9. Dados disponíveis em: <<https://bit.ly/3N5MASp>>. Acesso em: 1º ago. 2019.

A escolha dos municípios foi feita a partir de um plano de amostragem calculado via equação de determinação de tamanho da amostra aleatória (Bussab e Morettin, 2004), que considera a quantidade de recursos recebidos pelo FNDE, sendo selecionada uma amostra considerada representativa à realidade do estado de Santa Catarina, com 31 municípios. Esses foram distribuídos pelas mesorregiões catarinenses de maneira proporcional (IBGE, 2010): norte catarinense, serrana e grande Florianópolis, quatro municípios em cada; Vale do Itajaí e sul catarinense, cinco municípios em cada; e nove municípios no oeste catarinense, como consta na figura 1.

FIGURA 1
Distribuição geográfica dos municípios selecionados para a pesquisa



Fonte: IBGE (2010).

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Nos municípios selecionados, os entrevistados foram contatados a partir de informações disponibilizadas pelas secretarias municipais de educação e pela Empresa de Pesquisa e Extensão Rural (Epagri), administrada pelo governo do estado. Foram aplicados três tipos de roteiro de perguntas semiestruturado. Um deles foi destinado aos agricultores e seus representantes, que contou com questões sobre a forma de inserção nas vendas ao PNAE, a operacionalização do programa e os efeitos deste sobre a realidade individual e local. O segundo foi destinado aos nutricionistas ou aos demais funcionários das secretarias de educação, entidades executoras da política, com foco nas dificuldades operacionais e na relação com os agricultores. O terceiro foi destinado aos extensionistas da Epagri, e abordou possíveis efeitos do PNAE no município.

3.2 Análise de insumo-produto

A MIP foi utilizada como instrumento para avaliação de impactos de choques sobre a renda e o emprego. Sua análise permite identificar a interdependência entre setores na economia¹⁰ a partir de uma “fotografia econômica” da interrelação entre eles (Guilhoto e Sesso Filho, 2010; Guilhoto, 2011). A inserção de um recurso na demanda final de um determinado setor com intuito de análise pode ser considerada um “choque” (Guilhoto *et al.*, 2007).

O primeiro passo para viabilizar uma análise de insumo-produto é buscar pela compilação das informações sobre a economia brasileira disponível na MIP Nacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – a MIP Nacional é a base da matriz referente a regiões e setores feita anualmente. O IBGE vem montando a MIP desde a década de 1970, atualizada e divulgada a cada cinco anos. A MIP mais recente divulgada no momento de elaboração deste estudo é do ano de 2015, a qual foi utilizada.

O segundo passo é formular uma pergunta a ser respondida pela análise da MIP. Dependendo da pergunta, será ou não necessário desagregar a matriz para tornar possível observar a relação entre regiões, setores ou resultados específicos em forma de renda, emprego, investimento, entre outros. A pergunta deste estudo é: qual a contribuição das compras diretas da agricultura familiar pelo PNAE na geração de emprego e renda para a agricultura familiar?

Para responder a esta questão, foram feitos “choques” no setor de agricultura familiar na MIP brasileira. Diante da indisponibilidade prévia do setor de *agricultura familiar*, foi feita uma desagregação setorial. A matriz original está estruturada em 67 subsetores e 127 produtos. Tradicionalmente, as MIPs não distinguem a atividade agropecuária em familiar e não familiar e, sim, agregam-nas em um único setor *agropecuária*. Para captar os impactos das compras públicas na agricultura familiar catarinense, foi necessário desagregá-lo em *agropecuária familiar* e *agropecuária não familiar*, totalizando 68 subsetores. O procedimento de desagregação seguiu as estimativas do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), que trazem um retrato mais completo da configuração da agropecuária brasileira para os diferentes níveis regionais, disponibilizando informações específicas da agricultura familiar.¹¹ O uso do Censo Agropecuário 2017 se justifica, pois, por essa ser a base de dados mais adequada e cujo período é mais próximo do ano da MIP utilizada. Considerou-se as informações no nível nacional para entender a configuração do setor agropecuário brasileiro, especificamente a respeito de: número de pessoas ocupadas, valor das despesas monetárias e valor bruto da produção agropecuária.

Tal desagregação permitiu observar, a partir de um “choque”, como um recurso inserido em determinado setor se distribui pela economia brasileira, gerando efeitos sobre o emprego e a renda. Nesta análise, foram realizados três diferentes “choques”, os quais são representados por três cenários descritos nos resultados da pesquisa.

10. As transações e os fluxos de produtos de uma economia incluem os insumos e os produtos dos setores, as importações e exportações, os impostos, a geração de emprego, o valor adicionado por meio de salários, remuneração de capital e terra agrícola.

11. Para uma análise geral sobre a agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, ver Valadares (2022).

4 RESULTADOS

Em Santa Catarina, os alunos de escolas públicas representam 90% do total no ensino fundamental e médio e 81% do total dos alunos em creches e pré-escolas – 1,3 milhão de alunos, o que equivale a um quinto da população estadual. Considerando que alimentação escolar é direito de todos os estudantes de escola pública, a maioria das crianças e dos adolescentes catarinenses é beneficiada pelo programa.

A partir da Lei nº 11.947/2009, do total repassado pelo governo federal, 30% deveriam ser destinados a compras de produtos da agricultura familiar. Houve aumento gradual no total de recursos empregados nas compras desses produtos (Silva, 2022). Essa mudança vem sendo considerada um avanço, também, na qualidade da alimentação, por significar um leque maior de alimentos frescos, diversificados e adaptados às realidades regionais (Silva e Sousa, 2013; Silverio e Sousa, 2014; Silva, 2021; Valadares *et al.*, 2022).

Neste estudo, pretendeu-se tecer considerações sobre os efeitos do PNAE, como mercado institucional de promoção à agricultura familiar, sobre o mercado de trabalho rural. Os resultados, conforme apresentado a seguir, evidenciam que o mercado criado a partir do PNAE gera empregos rurais e pode impactar na permanência no campo das famílias contempladas.

4.1 Matriz insumo-produto

Nessa subseção, será analisado o efeito gerado pelas compras da agricultura familiar pelo PNAE sobre a renda e o emprego a partir de uma desagregação do setor *agricultura*. O recurso federal concernente à alimentação escolar repassado pelo FNDE para estados e municípios, em 2015, foi de R\$ 3,8 bilhões.¹² Os estados são responsáveis pelas escolas estaduais que, em geral, atendem alunos dos ensinos fundamental e médio. Já os municípios são responsáveis pelas escolas municipais que atendem, de modo geral, as creches e o ensino fundamental.

O primeiro cenário (A) trata de um choque de cerca de R\$ 860 milhões,¹³ o que representa 23% do valor dos recursos repassados pelo FNDE com compras de produtos da agricultura familiar, valor efetivamente gasto naquele ano. O segundo cenário (B) trata de um choque com 30% do valor dos recursos repassados pelo FNDE, o que corresponde ao valor mínimo previsto em lei; o terceiro (C) representa um cenário potencial, com 100% do recurso gasto em compras da agricultura familiar. O objetivo da análise de cenários é avaliar os impactos socioeconômicos das compras de produtos da agricultura familiar com recursos de alimentação escolar. As transações entre setores permitem a identificação do quanto cada setor consome ou fornece em relação aos demais, possibilitando identificar quantos empregos são gerados em cada cenário analisado.

12. Estados e municípios são responsáveis por complementar esse valor, no entanto, não há informação precisa disponível sobre tais quantidades, de forma que a análise ficará restrita aos valores de repasse do governo federal.

13. Dados obtidos em: <<https://bit.ly/41dk70e>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

O principal resultado obtido a partir da análise está apresentado na tabela 1. A destinação dos R\$ 860 milhões em compras de produtos da agricultura familiar no cenário A (23%) representa a geração de 70,1 mil ocupações; enquanto o cenário C chega a 307,3 mil gerar ocupações. Esses cenários foram construídos a partir de uma linha de base que utilizou informações do Censo Agropecuário 2017. Na comparação com os dados gerados pelo IBGE em 2017, observa-se que a criação de empregos é fundamentalmente relevante em um contexto em que foi identificado declínio de 9,8% no emprego na agricultura familiar para todo o Brasil, o que representou queda de 2,2 milhões de ocupações em relação ao censo anterior, o de 2006. Nesse contexto, apenas parte do PNAE, referente ao recurso federal destinado para o programa, teria o potencial de recompor cerca de um sétimo dessa redução.

TABELA 1

Impacto das aquisições de produtos da agricultura familiar pelo PNAE no Brasil na matriz insumo-produto a partir de cenários

Setor	Cenário A (23%)	Cenário B (30%)	Cenário C (100%)	Participação no efeito indireto (%)
Ocupações na agricultura familiar (unidades)	70.127,71	92.184,72	307.282,43	-
Ocupações totais (unidades)	74.664	98.148	327.160	3,2
PIB setorial (R\$ 1 milhão)	442,55	581,75	1939,17	-
PIB (R\$ 1 milhão)	761,9	1.001,5	3.338,4	21,6
VACF (R\$ 1 milhão)	725,6	953,8	3.179,3	20,2

Fonte: Resultados do modelo de insumo-produto empregado na pesquisa.

Elaboração dos autores.

Obs.: PIB – produto interno bruto. Valor adicionado a custo de fatores – VACF.

Na discussão sobre emprego, é fundamental destacar a questão da renda que permanece na agricultura, como pode ser observado na tabela 2. Nos cenários, é possível identificar que 94% das ocupações geradas pela aquisição direta de produtos da agricultura familiar é na própria agricultura familiar, seguida pela geração de 2% de empregos no setor *comércio por atacado e varejo*. O percentual observado é o mesmo nos três cenários, visto que a distribuição do PIB setorial, do VACF e das ocupações é proporcional para todos eles.

TABELA 2
Impactos totais do emprego do recurso, de acordo com os cenários sobre os setores, a partir da matriz insumo-produto no PIB setorial, no VACF e no emprego

	Cenário A (23%)			Cenários A, B e C (%)		
	PIB setorial (R\$ 1 milhão de 2015)	VACF (R\$ 1 milhão de 2015)	Ocupações (unidades)	Proporção do PIB setorial em relação ao total	Proporção do VACF em relação ao total	Proporção das ocupações em relação ao total
Agropecuária familiar	442,6	441,6	70.128	58	61	94
Comércio por atacado e varejo	69,4	65,4	1.825	9	9	2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	26,0	24,4	82	3	3	0
Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	22,8	20,6	37	3	3	0
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita não familiar	22,6	22,2	282	3	3	0
Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	20,8	16,5	68	3	2	0
Refino de petróleo e coquerias	17,1	8,4	5	2	1	0
Transporte terrestre	14,6	13,3	347	2	2	0
Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	11,9	10,8	10	2	1	0
Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	11,2	10,5	145	1	1	0
Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	9,4	7,5	49	1	1	0
Outros produtos alimentares	8,7	7,5	17,2	1	1	0

Fonte: Resultados do modelo de insumo-produto empregado na pesquisa.
 Elaboração dos autores.

No que se refere ao PIB setorial e ao VACF, cerca de 60% fica na agricultura familiar, 9% vai para o setor *comércio por atacado e varejo*, seguido da participação dos setores *intermediação financeira; seguros e previdência complementar; energia elétrica, gás natural e outras utilidades; agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita não familiar; e fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros*. Desse modo, pode-se observar que os setores contemplados são diretamente conectados às demandas por insumos e à comercialização do produto gerado pela agricultura familiar.

4.2 Levantamentos diretos

Um dos temas de maior destaque nas entrevistas com agricultores e com representantes da instituição compradora e de assistência técnica foi a consideração de que, de fato, houve impacto das aquisições do PNAE na renda do agricultor, o que vai ao encontro da literatura

sobre o tema.¹⁴ A *renda garantida* e a *compra garantida* foram mencionadas como as principais vantagens do programa. Alguns entrevistados até estabeleceram uma conexão direta entre o PNAE e o desenvolvimento local.

A renda vinda do PNAE é percebida por parte dos entrevistados como um recurso monetário novo que, ao chegar ao município e ser posto em circulação, movimentava o comércio local, devido à demanda do agricultor por bens de consumo e investimentos na propriedade, o que gera efeitos de emprego e renda para os municípios intensamente ligados ao rural. Houve, também, atribuição ao PNAE pela melhoria na estrutura produtiva e organizacional das propriedades, o que permitiu acesso a outros mercados.

Nessa seção de resultados, serão expostas as percepções dos entrevistados quanto ao questionamento sobre se o PNAE traz como resultado suporte à permanência dos agricultores no campo, especialmente os jovens que são os responsáveis pela sucessão nas propriedades agrícolas. Foram entrevistados representantes das entidades executoras (sistema escolarizado, municipalidades ou governo estadual), dos agricultores e das entidades de apoio à agricultura familiar. As subseções a seguir representam as respostas de cada grupo.

4.2.1 Entidades executoras

A entidade executora foi, na maioria das vezes, representada pela figura da nutricionista, em geral mulher, que se coloca como responsável por algumas ações, por exemplo, o contato com os agricultores, o controle de qualidade do alimento e a receptividade por parte dos alunos.

Entre os 31 municípios visitados, em cinco deles, tanto a permanência do agricultor no campo quanto o desenvolvimento local foram mencionados como vantagens principais das compras diretas do PNAE. Portanto, parte dos representantes das entidades executoras entende que as compras diretas de agricultores familiares possuem relação com consequências indiretas mais amplas dentro da região em que se insere.

Em Concórdia, foi mencionado o fato de que o “dinheiro fica” no município, além de haver uma variedade maior de produtos e de produtos mais naturais e saudáveis viabilizados pelo programa. Em Pinhalzinho, o “incentivo para o agricultor permanecer no campo” é notado a partir das compras diretas pelo PNAE, cujo entendimento é de que o programa exerce suporte “fundamental” e que, anteriormente a essas políticas, “continuava no campo apenas os pais, os filhos iam todos para a cidade”. No município, é percebido que há incentivo ao aluno, filho de agricultor, visto que ele hoje acompanha aquilo que a família produz sendo consumido pelos colegas, gerando gratificação e reconhecimento. Portanto, há uma conscientização da importância da agricultura familiar.

No município de Criciúma, visualiza-se que o “giro de renda fica no município” e, em Santa Terezinha, a importância da “*produção local*” foi bastante enfatizada. Por sua vez, em Biguaçu, a menção da importância da compra local é dada como justificativa para a

14. Sobre impactos na renda de agricultores participantes de programas de compras públicas, ver Sambuichi *et al.* (2022) e Paula *et al.* (2023).

ausência de compras da agricultura familiar até 2014. Quando houve uma negociação com os agricultores, e nas chamadas públicas constavam apenas produtos que os agricultores de Biguaçu podiam oferecer e, no ano de 2015, começaram as aquisições.

Algumas situações representativas foram encontradas, como a do município de Pinhalzinho, no qual a nutricionista observou que ainda há desconhecimento por parte dos agricultores, que não confiam na possibilidade de fornecer itens produzidos para autoconsumo que poderiam gerar melhor uso da propriedade. Porém, a profissional acredita que o incentivo por parte da entidade executora para ampliar a diversidade traz boas expectativas de ampliação.

No município de Descanso, é perceptível que a produção de alguns itens já não está disponível na região, por exemplo, os moinhos para fazer farinha de trigo. Portanto, há esse desafio de retomar produções abandonadas com o processo de especialização da produção. Nos municípios de Criciúma, São Miguel do Oeste e Canoinhas, situações semelhantes foram observadas. Falou-se sobre a existência de condições para a retomada a partir PNAE.

Outro fator tido como um empecilho, e que vem sendo superado mesmo com dificuldade é a formalização dos agricultores. A ausência de industrializados é a reclamação em Dionísio Cerqueira, enquanto em São Miguel do Oeste o problema está nos alvarás para comercialização. Em Biguaçu, os agricultores não se mostram ativos na busca pela formalização, diante de obstáculos na obtenção de documentação e informação. Em Mafra, as principais barreiras são encontradas com a rotulagem dos produtos.

A cooperação tem surgido como solução aos obstáculos em alguns municípios, como foi mencionado em Chapecó. Porém, em Concórdia, mesmo com a presença de cooperativa, a dificuldade é na disponibilidade de alguns produtos, assim como ocorre em Dionísio Cerqueira, onde, durante alguns períodos do ano, não existe produção adequada para a alimentação escolar. Em São Miguel do Oeste, Canoinhas e Mafra, a diversidade de produtos também é um problema. Em Timbé do Sul, intempéries fazem com que o produto nem sempre seja entregue, havendo também pouca diversidade. Criciúma também passou por situações de falta de fornecedor. Ademais, queixas referentes à diversidade são muitas vezes em relacionadas à ausência de frutas e de produtos perenes de difícil produção em algumas regiões do estado.

No entanto, as reclamações nos municípios visitados vêm concomitantemente ao entendimento de que há como ampliar a diversidade a partir de um trabalho conjunto entre entidades executoras e agricultores. Em alguns municípios com baixa diversidade de frutas, há diversidade em hortícolas. Em geral, a alta qualidade dos produtos dos agricultores é um dos assuntos mais mencionados, muito em função da proximidade, do pouco tempo entre colheita e entrega.

4.2.2 Agricultores

As entidades executoras têm mostrado boas perspectivas quanto à ampliação e ao aumento da qualidade das aquisições de agricultura familiar. No entanto, as preocupações quanto à falta de apoio técnico ao agricultor, de suporte administrativo por parte da prefeitura e de funcionários

para atender às exigências dessa nova normatização são os desafios que podem fazer cessar os avanços alcançados e frustrar as expectativas formadas.

No município de Bom Retiro, o PNAE chega a representar 30% da renda dos agricultores envolvidos; em Pinhalzinho, o programa representa menos de 20% da renda da cooperativa; em Concórdia, entre 10% e 15% do faturamento da cooperativa envolvida com as vendas.

Em alguns municípios pequenos e com grande presença da agricultura familiar, como é o caso de Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, São Miguel do Oeste, Doutor Pedrinho, Turvo e Descanso, os recursos do PNAE representam um montante pequeno no âmbito das cooperativas. Porém, esses recursos geram impactos na renda de agricultores quando considerados individualmente. Os pequenos agricultores e algumas cooperativas menores têm o mercado institucional como fundamental e se estruturam exclusivamente para essa demanda.

Em Criciúma, o programa representou mudança na renda dos agricultores participantes; em Joinville, a cooperativa visitada tem 50% do total da produção vendida para o PNAE. Em Canoinhas e Mafra, o PNAE constitui uma importante fonte de renda, especialmente devido ao melhor preço pago aos produtos. Em Blumenau, os agricultores participantes têm metade da renda originária do programa.

Em Timbó do Sul, os agricultores entrevistados indicam que a renda vinda do PNAE “afeta a renda sim”. Um dos agricultores relata que antes plantava fumo (70 mil pés de fumo), agora diversificou (possui aviário e engenho de cana-de-açúcar e restaurante rural) e tem planos para a construção de estufas para plantio de hortícolas. Alega que estava aguardando uma oportunidade para abandonar o cultivo de fumo, que aconteceu em 2014.

Em Guarujá do Sul, um dos entrevistados afirmou que o PNAE gera desenvolvimento regional, sustentabilidade, manutenção do produtor no campo, pois comprar dos agricultores significa “desenvolver a região em vez de concentrar em uma empresa só”, o que justifica os incentivos governamentais aos pequenos produtores.

Quanto à produção, em mais de 80% dos municípios visitados, foi declarado aumento da diversificação produtiva a partir das compras do PNAE – incluindo produtos agroindustriais.¹⁵ Houve menção também à pluriatividade e à criação de agroindústria devido à possibilidade de vendas de produtos com maior valor agregado, como sucos, pães, bolachas e doces, além do estímulo ao cultivo de produtos indisponíveis e aumento da produção de outros que anteriormente eram pouco valorizados, caso de hortifrutigranjeiros.

No que se refere à diversificação da produção, pode-se observar três grupos. O primeiro conta com seis municípios que não apresentam aumento da diversificação, alguns não possuem agricultura familiar e as compras do PNAE não ocorreram ou foram pequenas. O segundo grupo, também com seis municípios, não apresentou aumento da diversificação e é composto por municípios com agricultura familiar já bastante organizada, caso de Seara. O terceiro grupo, com dezenove municípios, é caracterizado por agricultores que se especializam em uma

15. Sobre a diversidade de produtos agroindustriais no Brasil, ver Bastian *et al.* (2022).

ou duas atividades e perderam o hábito de produção de alimentos para autoabastecimento. No entanto, estes voltaram a se diversificar com impulso do PNAE.

Em Joinville, observou-se ampliação da diversificação a partir do PNAE, os agricultores começaram a se adaptar com o que o PNAE precisa, e ver potencialidade em novos produtos. No município de Turvo, hortifrutícolas passaram a ser produzidas, mudando parcialmente a paisagem anteriormente tomada pelo monocultivo de arroz. Em Chapecó, a maior variedade na demanda provocou a maior variedade também na oferta, o mesmo ocorrendo em Bom Retiro. No município de Pinhalzinho, houve motivação para novas alternativas de renda, incluindo produção de orgânicos – mesmo que ainda não certificado. Em São Miguel do Oeste e Canoinhas, houve uma rápida resposta dos agricultores e o retorno à produção de hortícolas via PNAE. Em Blumenau, os agricultores familiares criadores de gado (de corte e de leite) e produtores de aipim e batata passaram a receber, com o PNAE, o incentivo à diversificação e a novos investimentos produtivos em seus estabelecimentos.

Em Descanso, houve melhorias com o PNAE, por exemplo, a ampliação da produção de leite, panificados, conservas, banana, bergamota, laranja, pêssego e uva, produtos que a nutricionista distribui ao longo do ano de acordo com sazonalidade. Porém, a estrutura produtiva local ainda é insuficiente para atender às demandas, o que torna necessária a ampliação da quantidade e da diversidade dos produtos.

Em Guarujá do Sul, não havia condições formais para a implementação do PNAE, devido à ausência de documentação por parte dos agricultores. Portanto, a transformação feita pelo programa foi o encaminhamento dos agricultores para a formalização organizacional e para produção de maior diversidade de produtos – mesmo que ainda não seja considerada suficiente para abastecer todo o município.

Em Mafra, o PNAE foi o impulso para a produção de morangos, laranja, verduras, entre outros, com melhor aproveitamento da propriedade dada a “garantia” da compra dos produtos.

Em muitos casos, os alimentos orgânicos são mencionados, aliados à ideia de fornecer alimentos saudáveis às crianças do próprio município, mesmo que na maioria não haja certificação. Foi mencionado também que, quando se começa a produzir hortifrutícolas para atender ao PNAE, há diversificação da produção, o que gera, por sua vez, produtos para consumo da família e para venda em mercados locais. Com isso, a agroindústria teve impulso com o PNAE e vem expandindo para os demais mercados.

Em Seara e Luiz Alves, a diversificação já estava bem consolidada e o PNAE surge como mais uma possibilidade.

A cooperativa é apontada como um facilitador para participação do programa e como meio de acesso à demais mercados. A participação em grupos organizados representa, frequentemente, melhores condições de reprodução do agricultor no campo, conforme identificado

nos municípios de Chapecó, Descanso, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Seara, Joinville, Canoinhas e Mafra.¹⁶

Parte dos agricultores que abastecem Joinville, pertencentes a um assentamento rural, passaram a ser cooperativados e, assim, conseguem atender às escolas do município com hortícolas em entregas ponto-a-ponto – eles alegam que poderiam, inclusive, ampliar em muito a venda ao programa. Com o intuito de acessar o PNAE, foi feita uma articulação junto a uma cooperativa central, para facilitar o atendimento das demandas do programa a partir de trocas de produtos com outros agricultores cooperativados.

Em Guarujá do Sul, o representante dos agricultores afirmou que a prefeitura “não percebe que a renda, se fica no município, gera maior movimentação econômica”. Nesse município, houve formação de cooperativa para facilitar processos de compra institucional.

No município de Criciúma, a cooperativa surgiu por meio de reuniões organizadas pela Epagri, primeiro para fornecimento para o PAA, quando veio o PNAE, a organização já estava avançada. Em Concórdia, os entrevistados, representantes de uma cooperativa central, apontaram que muitas cooperativas em Santa Catarina nascem para atender ao PNAE, pela necessidade de participar do programa, e não necessariamente por vontade do agricultor, o que desponta como elemento indutor de capital social nesses territórios.

Em termos da questão da permanência no campo, nos municípios de Mafra, Pinhalzinho e Canoinhas, a percepção é de que o PNAE ajuda na permanência do jovem no campo. Em Guarujá do Sul, entende-se que esse é um incentivo para a agroindústria e, conseqüentemente, para o jovem agricultor – há a percepção de que crises “tiram o pessoal do campo”. Em Joinville, a cooperativa visitada conta com três jovens; dos quatro que haviam inicialmente, apenas um optou por sair do campo. Em Luiz Alves, o PNAE, associado às demais políticas de fomento à agricultura familiar, impulsionou um dos filhos de um agricultor a permanecer na propriedade rural. Em Criciúma, percebe-se que o jovem “hoje permanece” também por causa da cooperativa, que gerou diversificação da produção, com produção de tomate, cenoura, feijão, milho, entre outros, em substituição ao fumo. Em Doutor Pedrinho, o PNAE é visto como forma de “fixação do produtor na atividade”.

Porém, em municípios como Criciúma, Concórdia e demais localidades onde se percebe a criação de cooperativas e/ou transformações no âmbito produtivo para atender o PNAE, apesar de o programa apresentar ganhos em termos de renda e diversificação, há receio por parte dos agricultores. O fato das cooperativas não serem organizações espontâneas e de muitos agricultores dependerem do PNAE como comprador majoritário de sua produção gera o risco de desarticulação com final ou enfraquecimento do programa.

16. Resultado semelhante foi identificado por Valadares *et al.* (2022).

4.2.3 Entidades de apoio ao agricultor familiar

Em Blumenau, o PNAE é compreendido pelos extensionistas como um incentivo à permanência dos agricultores no campo, visto que há perspectiva para a continuidade – alguns jovens, e mesmo filhos mais velhos, querem voltar para produzir. Em São Miguel do Oeste, há alguns casos de permanência a partir do ganho de autonomia, principalmente entre os jovens.

Em Mafra, percebe-se que a estrutura familiar resiste em permitir que os filhos tenham renda, e que os incentivos governamentais – o PNAE está incluso neste âmbito às atividades – representam um impulso importante. Há, no norte catarinense, a Associação dos Municípios do Planalto Norte de Santa Catarina (Amplanorte) – com trabalho de incentivo aos produtos locais – que vem contribuindo nesse sentido. Em Joinville, o PNAE é visto como uma política importante, impulsionando as cadeias curtas de comercialização a partir da venda direta.

Por sua vez, em Canoinhas, o programa não tem influenciado a permanência de jovens no campo. Segundo relatos coletados, o jovem tem mais incentivo a ficar no campo devido ao fumo do que ao PNAE e às demais políticas para agricultura familiar. A ampliação dessas políticas seria fundamental para mudar tal cenário. No município de Seara, há grande preocupação com a continuidade das saídas dos jovens, mesmo que tenha desacelerado.

Em Pinhalzinho, a percepção é de que o êxodo rural estabilizou e o PNAE se apresenta como reforço à permanência. As razões dessa estabilização da população rural são encontradas na mobilidade, que foi facilitada, no acesso à internet e na maior renda. No município, percebe-se, inclusive, um retorno dos jovens para o campo.

Em Chapecó, o êxodo rural continua sendo evidenciado em todo território. Porém, também há ocorrência do contrário: há jovens voltando para as propriedades para “tocar as atividades da família”. A entrevistada, funcionária da Epagri, citou que a empresa, desde 2012, ministra um curso que capacita jovens sucessores que querem permanecer nas propriedades, apresentando para eles um panorama de atividades que podem vir a desenvolver.

Em Descanso, as políticas públicas são percebidas como contribuição à agricultura familiar, mas não resolvem o problema, pois outras variáveis, como crédito e investimento, ainda são insuficientes.

Em Concórdia, o PNAE é visto como “um programa de apoio”, mas não é simples manter o jovem na pequena propriedade, pois “ainda é um trabalho braçal”, “no interior não tem feriado, sábado, domingo” e “a produção é contínua”. Percebe-se que apenas propriedades com maior renda permanecem ligadas à atividade. Em contrapartida, a cidade atrai pelo conforto e pelas possibilidades de folgas.

No município de Turvo, apenas os agricultores de maior porte sucessores – foram citados casos de filhos de agricultores que saem da cidade para se graduar em agronomia, veterinária, administração, entre outras profissões correlatas – retornam ao campo para gerenciar a propriedade agrícola. Os jovens, a maioria homens, demonstram interesse em permanecer no campo e de fato permanecem. O êxodo é percebido apenas nas propriedades mais empobrecidas.

Em Timbé do Sul, os produtores periféricos tendem a sair. Aqueles que possuem menos de 6 ha e plantam fumo representam a maioria que abandona o campo.

As dinâmicas quanto à permanência do campo são diversas entre as regiões. O ponto coincidente, exceto do município de Seara, é de que políticas como o PNAE geram efeitos de permanência.

5 DISCUSSÃO

Os programas de compras públicas têm se consolidado na literatura como instrumentos de aumento da renda dos agricultores familiares e combate à pobreza no rural. No que se refere ao PNAE, estudos identificaram efeitos positivos sobre a renda dos agricultores familiares contemplados (Elias *et al.*, 2019; Paula *et al.*, 2023; Ribeiro, Ceratti e Broch, 2013; Silva, 2021; Wittman e Blesh, 2017). Já sobre o PAA, Sambuichi *et al.* (2022) identificou impacto positivo do programa na renda dos agricultores contemplados e Almeida *et al.*, (2020) destacou a associação do PAA com a geração de dinamismo nas economias locais.

No entanto, ferramentas de análise, como a MIP, dão maior concretude para identificar o real potencial das políticas. O volume de emprego e o valor atrelado ao impacto do PNAE por meio das compras da agricultura familiar permite dimensionar tal potencial e orientar ações para melhor adequação aos objetivos da política.

Como suporte aos dados quantitativos, a percepção dos representantes das entidades executoras, dos agricultores e das entidades de apoio à agricultura familiar demonstrou que estes identificam no PNAE um potencial para ampliar a geração de emprego e a renda no meio rural, mesmo que sua amplitude seja limitada em função dos recursos limitados. O programa representa uma alternativa que contribui para o aumento das possibilidades da propriedade agrícola, e gera maior número de atividades que empregam força de trabalho e promovem o incremento da renda familiar.

A partir da interação promovida pela operacionalização do PNAE, ocorre a geração de incentivos para a cooperação entre os agricultores. Nos municípios onde há interação entre a entidade executora, os agricultores e as entidades que os apoiam, nota-se maior capacidade de organização e preparação para aproveitar as oportunidades que são apresentadas. É importante destacar que, dessa interação, surgiram cooperativas ou houve o fortalecimento de organizações coletivas formais nos municípios.

A partir de um cenário em que os agricultores familiares vislumbram garantia de renda e melhor previsibilidade do mercado proporcionado pelas chamadas públicas, que na maioria dos municípios planejam as compras para um ano escolar inteiro, passam a existir novos incentivos a investimentos de médio prazo nas propriedades. Entre os quais, cabe destacar a participação em organizações formais de agricultores – que muitas vezes demandam o tempo que o agricultor poderia estar utilizando para atividades produtivas –, a montagem de estufas para a proteção de hortícolas, a aquisição de veículos para locomoção, entre outros.

Soma-se a isso o incentivo à diversidade produtiva, que permite a retomada de produtos alimentares de autoabastecimento. Isso representa, ao mesmo tempo, o aumento da qualidade da alimentação dos agricultores fornecedores, o aproveitamento de espaços e produções antes negligenciadas, e, seguindo as razões citadas anteriormente, o investimento em agregação de valor a partir de agroindustrialização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência da agricultura familiar no campo é tema central no debate por um desenvolvimento rural sustentável, isto é, voltado para efeitos sociais, ambientais e econômicos. A busca por políticas públicas que atuem de forma a impulsioná-la exige maior participação na agenda do Estado, seja no âmbito federal, estadual e, principalmente, municipal. Maior participação e maior atuação no sentido de gerar renda e emprego se traduzem em condições reais de reprodução da família no meio rural.

A pesquisa permitiu identificar indícios (qualitativos e quantitativos) de que as compras diretas da agricultura familiar, via PNAE, geram efeitos positivos em termos de diversificação produtiva, emprego e renda. A partir desses indícios, a compra institucional ganha mais razões para ter seu alcance ampliado, sendo possível observar concomitante a ampliação desses resultados positivos, de modo a atenuar os efeitos negativos que resultam das transformações recentes do trabalho no campo.

Em estudos futuros, tem-se os propósitos a seguir detalhados.

- 1) Estudar melhor as possibilidades de análise da matriz insumo-produto, ao incluir análises em paralelo sobre quais os efeitos em termos de emprego e renda das compras do PNAE para além da agricultura familiar, visto que existe um *trade-off* entre a geração de emprego e a renda para a agricultura familiar e para os demais fornecedores.
- 2) Aprofundar a análise da desagregação do setor de agricultura familiar para os estados brasileiros, com o intuito de compreender diferenças regionais.
- 3) Desagregar o setor por produtos, buscando melhor identificar as cadeias produtivas inseridas no PNAE para que o choque seja mais preciso.
- 4) Avançar na análise da remuneração do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. F. C. S. *et al.* **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): um caso de big push ambiental para a sustentabilidade no Brasil.** Santiago: CEPAL, 2020.

ALVES, P. A.; MATTEI, L. F. Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 15., 2006, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...**, Caxambu: Abep, 2006.

BASTIAN, L. *et al.* **As agroindústrias rurais nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017: uma análise para o Brasil e as grandes regiões.** Brasília: Ipea, jan. 2022. (Texto para Discussão, n. 2729).

BELIK, W.; FORNAZIER, A. Políticas públicas e a construção de novos mercados para a agricultura familiar: analisando o caso da alimentação escolar no município de São Paulo. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 36, n. 2, p. 70-81, jul.-dez. 2016.

BERDEGUÉ, J.; FUENTEALBA, R. Latin America: the state of smallholders in agriculture. *In*: CONFERENCE ON NEW DIRECTIONS FOR SMALLHOLDER AGRICULTURE, 2011, Rome. **Proceedings...** Rome: Ifad, 2011.

BUSSAB, W. de O.; MORETTIN, P. A. (Org.). **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

ELIAS, L. P. *et al.* Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019.

FORNAZIER, A. **Inserção de produtores rurais familiares de regiões com baixa dinâmica econômica para o mercado da alimentação escolar**. 2014. 200 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2015.

GUILHOTO, J. M. **Input-output analysis: theory and foundations**. Munich: MPRA, Aug. 2011. (MPRA Paper, n. 32566).

GUILHOTO, J. M.; SESSO FILHO, U. A. Estimación da matriz insumo-produto utilizando dados preliminares das contas nacionais. **Economia & Tecnologia** v. 23, p. 53-62, out.-dez. 2010.

GUILHOTO, J. M. *et al.* A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife, Pernambuco. **Anais...** Recife: Anpec, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MALUF, R. S.; PRADO, B. **Atuação brasileira na América Latina e Caribe relacionada com a soberania e segurança alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro: Ceresan, fev. 2015. (Textos para Discussão, n. 8).

PAULA, S. R. *et al.* **A inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: impactos na renda e na atividade produtiva**. Brasília: Ipea, 2023. (texto para discussão). No prelo.

PERIN, G. *et al.* **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Brasília: Ipea, set. 2021. (Texto para Discussão, n. 2691).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Programa Habitar Brasil: BID – Projeto Bom Abrigo – Mocotó**. Florianópolis: [s.n.], [2003]. v. 3.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2015**. Nova Iorque: PNUD, 2015.

RIBEIRO, A. L. de P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a produção dos agricultores familiares**. Brasília: Ipea, dez. 2022. (Texto para Discussão, n. 2820).

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. **Rural territorial development**. Santiago: Rimisp, Mar. 2004. (Documento de Trabajo, n. 4).

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Brasília: Ipea, abr. 2015. (Texto para Discussão, n. 2076).

_____. **Trajatória e padrões de mudança institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília: Ipea, dez. 2019. (Texto para Discussão, n. 2529).

_____. **Panorama da produção acadêmica sobre alimentação escolar e agricultura familiar no Brasil**. Brasília: Ipea, maio 2021. (Texto para Discussão, n. 2656).

_____. **Descentralização federativa e desafios de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise pós-Lei nº 11.947/2009**. Brasília: Ipea, abr. 2022. (Texto para Discussão, n. 2762).

SILVA, A. P. F. da; SOUSA, A. A. de. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 6, p. 701-714, nov.-dez. 2013.

SILVERIO, G. A.; SOUSA, A. A. Organic foods from family farms in the National School Food Program: perspectives of social actors from Santa Catarina, Brazil. **Revista de Nutrição** v. 27, n. 3, p. 289-300, maio-jun. 2014.

SONNINO, R.; TORRES, C. L.; SCHNEIDER, S. Reflexive governance for food security: the example of school feeding in Brazil. **Journal of Rural Studies** v. 36, p. 1-12, Oct. 2014.

VALADARES, A. A. *et al.* **Da regra aos fatos: condicionantes da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, jan. 2022. (Texto para Discussão, n. 2728).

WITTMAN, H.; BLESCH, J. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement programmes to sustainable rural development in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 1, p. 81-105, Jan. 2017.

WORLD BANK. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento**. Washington: World Bank, 2008.